



uso e ocupação do solo do município de Macapá, com instalações de água, luz, esgoto, rede de telefonia, pavimentação asfáltica e sem débitos anteriores com IPTU, CEA e CAESA, pelo período de doze meses. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso X da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. . Justificativa: Conf.o Art.24, inciso X e Art.54 da lei 8.666/93 e suas alterações p/locação de imóveis p/intalaç.da sede do DSEI/AP. Declaração de Dispensa em 05/04/2012 . MARIA DO SOCORRO DA CRUZ TAVARES MIRANDA . Chefe do Recursos Logístico . Ratificação em 05/04/2012 . NILMA DA SILVA PUREZA . Chefe do Dsei/ap . Valor Global: R\$ 216.000,00 . CNPJ CONTRATADA : 01.241.430/0001-68 ALTAIR PE REIRA IMOVEIS LTDA..

(SIDE - 09/04/2012) 257031-00001-2012NE800015

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - CUIABÁ

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2012 - UASG 257039

Nº Processo: 25049000171201255 . Objeto: Serviços de telefonia fixa, referente aos meses de fevereiro/2012. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. . Justificativa: Reconhecimento de dívida de serviços de telefonia fixa. Declaração de Dispensa em 09/04/2012 . JORGE PINTO DE OLIVEIRA . Chefe Dsei Cuiabá . Ratificação em 09/04/2012 . WANESSA FERREIRA DA SILVA . Agente Adm. Selog . Valor Global: R\$ 4.195,66 . CNPJ CONTRATADA : 76.535.764/0329-32 BRASIL TE LECOM S/A.

(SIDE - 09/04/2012) 257039-00001-2012NE800013

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2012 - UASG 257039

Nº Processo: 25049000172201208 . Objeto: Serviços de telefonia fixa, referente ao mês de março/2012. Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. . Justificativa: Reconhecimento de dívida. Declaração de Dispensa em 09/04/2012 . JORGE PINTO DE OLIVEIRA . Chefe Dsei Cuiabá . Ratificação em 09/04/2012 . WANESSA FERREIRA DA SILVA . Agente Adm, Selog . Valor Global: R\$ 5.829,24 . CNPJ CONTRATADA : 76.535.764/0329-32 BRASIL TE LECOM S/A.

(SIDE - 09/04/2012) 257039-00001-2012NE800013

RETIFICAÇÃO

Na Dispensa de Licitação Nº 4/2012 publicada no D.O. de 09/04/2012, Seção 3, Pág. 109 , Onde se lê: Contratada: AMBIENTAL ENGENHARIA LTDA. Valor: R\$ 24.000,00. Leia-se: Contratada: AGRO INDUSTRIAL E COMERCI LTDA. Valor: R\$ 24.000,00.

(SIDE - 09/04/2012) 257027-25702-2012NE800039

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - MARANHÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2012 - UASG 255010

Número do Contrato: 00019/2010, subrogado pelaUASG: 255010 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE/FNS/MA. Nº Processo: 25170009708201085. PREGÃO SISPP Nº 35/2010 Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 08088545000103. Contratado : M. COSTA CORREA -Objeto: O presente termo aditivo tem por objetivo alterar a cláusula quinta do contrato original de nº 19/2010,objeto fornec.alimentação PB Sta Inês/MA, haja vista o reajuste no valor do índice IPCA/IBGE, dez/2011. Fundamento Legal: Inciso I, Alínea "b" do Artigo 65 da Lei 8.666/93. Valor Total: R\$7.200,00. Fonte: 151000000 - 2011NE800026. Data de Assinatura: 02/04/2012.

(SICON - 09/04/2012) 257034-00001-2012NE800013

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Contrato Nº 18/2010 publicado no D.O. de 22/12/2010 , Seção 3, Pág. 169. Onde se lê: reajuste no valor IP-CA/IBGE. Leia-se : haja vista o reajuste no valor do índice do IPCA/IBGE, com acréscimo de R\$ 600,00mensais e 12.960,00 anual.

(SICON - 09/04/2012) 257034-00001-2012NE800013

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - PERNAMBUCO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2012 - UASG 257047

Nº Processo: 25059000413201291 . Objeto: Prestação de serviços pela Imprensa Nacional de publicação no Diário Oficial da União de atos oficiais e demais matérias de interesse do Distrito Sanitário Especial Indígena de Pernambuco Total de Itens Licitados: 00001 . Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. . Justificativa: Publicação legal de atos com fulcro no Decreto nº4.520

de 16/12/2002 c/c Portaria nº 268, 05/10/2009 Declaração de Inexigibilidade em 20/03/2012 . JOSIAS ALVES DE LIMA . Chefe Selog/dsei-pe . Ratificação em 22/03/2012 . ANTONIO FERNANDO DA SILVA . Chefe Dsei-pe . Valor Global: R\$ 32.798,40 . CNPJ CONTRATADA : 04.196.645/0001-00 IMPRENSA NACIONAL.

(SIDE - 09/04/2012) 257047-00001-2012NE800049

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - VILHENA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2012 - UASG 257050

Nº Processo: 25062000076201283 . Objeto: Serviços profissionais da área da saúde em nível ambulatorial da alta complexidade para realizar exames de ressonância magnética. Total de Itens Licitados: 00002 . Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. . Justificativa: Urgência/Emergência Declaração de Dispensa em 09/04/2012 . ANTONIO LOPES RODRIGUES . Pregoeiro . Ratificação em 09/04/2012 . ALDA DA SILVA UCHOA . Chefe do Dsei/vilhena/ro . Valor Global: R\$ 2.800,00 . CNPJ CONTRATADA : 06.290.630/0001-24 CENTRO DE RADIOLOGIA DE CACOAL LTDA.

(SIDE - 09/04/2012) 257050-00001-2012NE800061

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - XAVANTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2012 - UASG 255011

Número do Contrato: 00021/2009, subrogado pelaUASG: 255011 - MS-FNS-FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE/MT. Nº Processo: 25050000467201237. DISPENSA Nº 7/2009 Contratante: FUNDA-CAO NACIONAL DE SAUDE -CPF Contratado: 17526426787. Contratado : TULIO HOSTILIO CORREA FERREIRA -Objeto: Termo aditivo com base na Dispensa de Licitação 07/2009, contrato 021/2009, processo 25180001037200951, celebrado entre a união por intermédio do DSEI XAVANTE/SESAI/MS e o locador Tulio Hostilio correa Ferreira, para locação de imóvel para o almoxarifado do DSEI XAVANTE, na cidade de Barra do Garças - MT. Fundamento Legal: IEI 8.666/93 e suas alterações posteriores. Vigência: 27/03/2012 a 26/03/2013. Valor Total: R\$30.000,00. Fonte: 151000000 - 2012NE800026. Data de Assinatura: 27/03/2012.

(SICON - 09/04/2012) 257040-00001-2012NE800011

SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA

EXTRATOS DE ADITAMENTOS

ESPÉCIE: Termo de Ajuste Sanitário firmado entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de Indaiatuba/SP, relativo a Auditoria nº 8942 Processo nº 25004.015453/2010-10 - publicado no Diário Oficial da União, Ano 2012, página 97, de 07/02/2012. Objeto: Prorrogação da vigência, pela Direção do DENASUS, por 3(três) meses, passando a vigorar até o dia 30/06/2012.

ESPÉCIE: Termo de Ajuste Sanitário firmado entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de Alto Rio Novo/ES, relativo a Auditoria nº 9372 Processo nº 25002.002862/2011-49 - publicado no Diário Oficial da União, seção 3 nº 7. Terça-feira, 10 de janeiro de 2012, folha 111. Objeto: prorrogação da vigência pela Direção do DENASUS, por 2(dois) meses, passando a vigorar até o dia 10/05/2012.

ESPÉCIE: Termo de Ajuste Sanitário firmado entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de Alto Rio Novo/ES, relativo a Auditoria nº 8942 Processo nº 25004.015453/2010-10 - publicado no Diário Oficial da União, Ano 2012, página 97, de 07/02/2012. Objeto: prorrogação da vigência pela Direção do DENASUS, por 3(três) meses, passando a vigorar até o dia 10/05/2012.

ESPÉCIE: Termo de Ajuste Sanitário firmado entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de Indaiatuba/SP, relativo a Auditoria nº 8942 Processo nº 25004.015453/2010-10 - publicado no Diário Oficial da União, Ano 2012, página 97, de 07/02/2012. Objeto: prorrogação da vigência pela Direção do DENASUS, por 3(três) meses, passando a vigorar até o dia 30/06/2012.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2012

O MINISTÉRIO DA SAÚDE, por intermédio da Secretaria de Vigilância em Saúde, no uso de suas atribuições, divulga as áreas temáticas e prioridades de estudos, e estabelece as normas que orientarão a submissão de projetos para o ano de 2012, alinhados à Agenda Estratégica desta Secretaria.

1. DO OBJETO

O objeto deste Chamamento consiste em divulgar a lista de pesquisas aplicadas e estudos prioritários para o desenvolvimento em 2012, a fim de que as Instituições de Ensino e Pesquisa manifestem interesse em colaborar com a Secretaria de Vigilância em Saúde, por meio da apresentação de projeto.

2. DAS ÁREAS TEMÁTICAS

2.1 As áreas temáticas e prioridades da Secretaria de Vigilância em Saúde para o desenvolvimento de estudos e pesquisas aplicadas, para o ano de 2012, estão dispostas no Anexo a este Chamamento.

2.2 As instituições proponentes, em caráter excepcional, poderão apresentar projetos contemplando outros objetos não dispostos nas prioridades divulgadas, desde que relacionados com uma das áreas temáticas da Secretaria de Vigilância em Saúde, bem como com a Agenda Estratégica da Secretaria de Vigilância em Saúde, disponível no endereço eletrônico: www.saude.gov.br/svs.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 É elegível para participar deste Chamamento a instituição que cumpra os seguintes requisitos:

a) Preencher as condições legais para estabelecimento de parceria formal com o Ministério da Saúde, prevista na Portaria Interministerial nº 507/CGU/MF/MP, de 29 de maio de 2011, Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e demais disposições legais vigentes; e

b) As instituições privadas, sem fins lucrativos, deverão apresentar comprovante do exercício, nos últimos 3 (três) anos de atividades referentes à matéria objeto do convênio ou termo de parceria que pretenda celebrar com órgão ou entidade, nos termos do § 7º deste art. 8º da Portaria Interministerial nº 507/CGU/MF/MP, de 2011, conforme estabelecido no inciso IV, do § 1º do art. 8º.

3.2 É vedada a participação de instituição privada, sem fins lucrativos, que possua no seu quadro de dirigentes membros ou agentes públicos que se enquadra nas condições previstas no §3º do art. 34 da Lei nº 12.465, de 2011.

4. DO CADASTRO E DA HABILITAÇÃO

4.1 As instituições públicas federais, situadas no Distrito Federal, deverão habilitar-se junto ao Fundo Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e as instituições públicas federais das demais unidades federadas deverão habilitar-se junto ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde.

4.2 As instituições públicas estaduais e municipais e instituições privadas, sem fins lucrativos, deverão cadastrar-se junto ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde ou junto a qualquer órgão federal cadastrador de seu Município (lista de unidades cadastradoras disponível no endereço eletrônico: www.convenios.gov.br).

4.3 Para realizar o cadastro de instituições privadas, sem fins lucrativos, serão exigidos os requisitos estabelecidos no art. 22 da Portaria Interministerial nº 507/CGU/MF/MP, de 2011 e suas alterações, bem como o art. 30 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.

5. FLUXO DE SUBMISSÃO E APROVAÇÃO DOS PROJETOS

5.1 Os projetos deverão ser apresentados no SICONV (para as instituições públicas estaduais e municipais e instituições privadas sem fins lucrativos) ou no GESCON (para as instituições públicas federais), no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste Chamamento.

5.2 Os projetos serão analisados pela Secretaria de Vigilância em Saúde, que poderá solicitar ajustes ao projeto apresentado concedendo prazo de 5 (cinco) dias para sua representação.

5.3 Os projetos aprovados serão divulgados no site www.sau-de.gov.br/svs.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários alocados para atendimento aos projetos aprovados correrão por conta do programa do Ministério da Saúde e ações da Secretaria de Vigilância em Saúde.

7. ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS

7.1 O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde, poderá fazer visitas in loco às instituições executoras dos projetos aprovados, sem aviso prévio, e solicitar, a qualquer momento, quaisquer documentos que julgar necessários ao acompanhamento da execução do projeto.

7.2 As instituições deverão apresentar relatório semestral e relatório final acerca da execução do projeto, bem como apresentação de prestação de contas, conforme o disposto no art. 72 da Portaria Interministerial nº 507/CGU/MF/MP, de 2011.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Para execução do objeto do instrumento, mediante a devida aplicação do recurso público a ser disponibilizado conforme cronograma de desembolso, deverão ser observados os princípios da impessoalidade, moralidade, economicidade e da ética pública, e, no que couber, os procedimentos legais, conforme os dispositivos da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24.11.2011 e na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, no que couber.

8.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Chamamento e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

8.3 Os produtos decorrentes do desenvolvimento do projeto deverão observar as seguintes disposições:

a) as instituições deverão disponibilizar os produtos à Secretaria de Vigilância em Saúde, nos prazos estabelecidos no plano de trabalho, sob pena de não cumprimento do objeto do projeto aprovado;

b) A Secretaria de Vigilância em Saúde poderá divulgar o produto em suas publicações, no todo ou em parte, explicitando a autoria dos pesquisadores e instituições responsáveis por sua elaboração; e

c) As eventuais publicações decorrentes do desenvolvimento do projeto deverão explicitar o apoio financeiro total ou parcial, obtido do Ministério da Saúde para sua execução.

8.4 As dúvidas relacionadas ao disposto neste Chamamento deverão ser enviadas para o endereço eletrônico: cgplo.svs@sau-de.gov.br



8.5 Os casos omissos e as situações não previstas no presente Chamamento serão avaliados e resolvidos pela Secretaria de Vigilância em Saúde.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR
Secretário

ANEXO

Áreas temáticas e prioridades da Secretaria de Vigilância em Saúde para o desenvolvimento de estudos e pesquisas aplicadas, para o ano de 2012

Área temática I - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

1. Avaliação do impacto da introdução da vacina Menin-gocócica C Conjugada sobre a morbimortalidade em crianças menores de dois anos de idade, no calendário básico de vacinas no país

2. Estudo da eficácia de combinações com derivados de artemisinina (dihidro-artemisinina + piperquina) para o tratamento da malária por Plasmodium vivax não complicada

3. Comparação da eficácia da associação de cloroquina e primaquina em diferentes dosagens e tempos de administração (7 dias versus 14 dias) na recaída da malária por Plasmodium vivax

4. Mapeamento geográfico da morbimortalidade por tuberculose, em grandes municípios e regiões metropolitanas

5. Análise das causas de abandono do tratamento da tuberculose em populações vulneráveis (privada de liberdade, em situação de rua, usuários de drogas, indígenas, profissionais de saúde e em pessoas vivendo com HIV/AIDS)

6. Análise da implementação e dos resultados da estratégia do tratamento diretamente observado para a tuberculose em municípios de diferentes portes populacionais do país

7. Avaliação de impacto do uso de larvicidas reguladores de crescimento na saúde dos agentes de combate às endemias

8. Estudos de morbimortalidade da dengue, com dados secundários das bases oficiais e revisão sistemática dos estudos publicados sobre a morbidade e letalidade da dengue no Brasil

9. Estudos de soroprevalência da dengue com modelos dinâmicos: estudo transversal de soroprevalência, por idade e municípios de interesse

10. Estudos de imunidade celular para avaliar os riscos e as interações potenciais de vacinas quiméricas com o vírus amarílico

11. Estudo sobre fatores de risco para formas graves de dengue

12. Análise das causas de abandono do tratamento de hanseníase

13. Mapeamento geográfico da morbidade por hanseníase em grandes municípios e regiões metropolitanas

14. Análise da infectividade da hanseníase entre contatos em áreas de baixa, média e alta endemicidade

15. Pesquisa comportamental sobre DST/Aids e hepatites virais em escolares

16. Estudos sobre mortalidade por hepatites virais e mortalidade associada às hepatites virais

17. Avaliação de intervenções de redução de danos relacionados ao consumo de drogas

18. Avaliação de efetividade das intervenções de prevenção e diagnóstico precoce de HIV/Aids, em populações vulneráveis

Área temática II - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS CRÔNICAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS

1. Estimativas das tendências de morbimortalidade para os próximos dez anos, para o Brasil, regiões e estados, com base em métodos de estimativas de sub registros de óbitos e redistribuição de causas mal definidas

Área temática III - VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL

1. Avaliação da implementação dos protocolos de vigilância e atenção integral à saúde de populações expostas a contaminantes químicos nos municípios de Paulínia, Santo Antônio de Posse e Campinas/SP

2. Avaliação de impacto à saúde frente à implantação de grandes empreendimentos

3. Avaliação do impacto da poluição do ar sobre a saúde humana

4. Avaliação da utilização de agrotóxicos e seus efeitos na saúde humana

Área temática IV - VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR

1. Desenvolvimento de instrumentos e estratégias para a implementação da vigilância dos acidentes de trabalho graves e fatais

2. Avaliação de experiências e ações em vigilância em saúde do trabalhador desenvolvidas na Atenção Primária à Saúde

3. Estudo sobre a magnitude da morbimortalidade relacionada ao trabalho

Área temática V - ANÁLISE DE SITUAÇÃO DE SAÚDE

1. Desigualdades sociais e acesso ao tratamento dos portadores de doenças crônicas não transmissíveis

2. Desigualdades na mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis

Área temática VI - PROMOÇÃO DA SAÚDE

1. Avaliação de efetividade de ações de promoção da saúde

INSTITUTO EVANDRO CHAGAS
CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2012 - UASG 257005

Nº Processo: 25208000007201278. PREGÃO SISPP Nº 5/2012 Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 00970448000138. Contratado : PURINORTE LTDA -Objeto: Aquisição de Ração extrusada em pellets no Valor de R\$ 736.706,88.

sição de Ração extrusada em pellets no Valor de R\$ 736.706,88. Vigorando até 31 de dezembro de 2012. Fundamento Legal: Lei 8666/93 . Vigência: 09/04/2012 a 31/12/2012. Valor Total: R\$736.706,88. Fonte: 151000000 - 2012NE800061. Data de Assinatura: 05/04/2012.

(SICON - 09/04/2012)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2012 - UASG 257005

Nº Processo: 25208000007201278. PREGÃO SISPP Nº 5/2012 Contratante: MINISTERIO DA SAUDE -CNPJ Contratado: 83764316000187. Contratado : J F ALVES COMERCIO E -REPRESENTACOES ME. Objeto: Aquisição de Farelo de trigo, no valor de 7.200,00. Vigorando até 31 de dezembro de 2012. Fundamento Legal: Lei 8666/93 . Vigência: 09/04/2012 a 31/12/2012. Valor Total: R\$7.200,00. Fonte: 151000000 - 2012NE800062. Data de Assinatura: 05/04/2012.

(SICON - 09/04/2012)

AVISO DE ANULAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2011

Fica anulada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 25208000505201130 . Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços auxiliares nas diversas áreas do CENP/IEC.

CARLOS JORGE COSTA FARO
Ordenador de Despesa

(SIDECA - 09/04/2012) 257005-00001-2012NE800023

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 5/2012

O Centro Nacional de Primatas/SVS/MS, através de seu pregoeiro e equipe de apoio torna público como vencedoras do certame acima citado as empresas: Purinorte Ltda itens 01 e 02 valor R\$ 736.706,88 e a empresa J.F.Alves Com. Rep. item 03 com valor R\$ 7.200,00.

DJANIRA SANTA ROSA RAMOS
Responsável pela Logística

(SIDECA - 09/04/2012)

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem
no tempo,
registrando a
informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618